

INTERVENÇÃO NA DISCUSSÃO DO ORÇAMENTO E PLANO PARA 2003

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Ao longo dos últimos seis anos tem vindo a ser desenvolvida uma política estruturante de natureza estratégica, na área da educação, através de investimentos e políticas fundamentais para o desenvolvimento dos Açores.

Com os seus Planos e Orçamentos, os VII e VIII Governos têm vindo a dar resposta ilha a ilha, concelho a concelho a situações há muito diagnosticadas no sistema educativo regional e que, só com as verbas avultadas que lhe têm sido afectas, se tem combatido o nosso atraso em relação a outros que nunca tiveram dúvidas que o investimento na educação é de primordial importância para o desenvolvimento cultural, profissional e económico das suas populações.

O Orçamento Regional agora em discussão, na senda dos anteriores, afecta à Secretaria Regional da Educação e Cultura uma dotação de global de 253. 077 milhares de euros, colocando este departamento governamental em primeiro lugar no volume de despesa, representando 23,2% do valor global da despesa regional. As verbas atribuídas à Direcção Regional da

Educação, no montante de 193.167 milhares de euros, constituem a sua componente mais significativa.

O Plano para 2003, apresenta uma dotação orçamental de 20 687 430 euros integrado em dois programas: Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e Desenvolvimento do Sistema Educativo. O Programa Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais é o segundo maior programa deste Plano.

As dotações previstas no Orçamento e no Plano de 2003 colocam assim, a Educação como uma das primeiras prioridades deste Governo e que não foram postas em causa pela reprogramação financeira agora efectuada no Plano Médio Prazo de 2001- 2004.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

As prioridades de investimento no Plano para 2003 estão definidas do seguinte modo:

- Garantir a satisfação dos compromissos já assumidos;
- Potencializar e racionalizar a utilização dos Fundos Comunitários do Programa PRODESA;

- Continuar a política de actualização e adaptação do parque escolar ao longo das linhas estratégicas definidas na Carta Escolar;
- Continuar com a política de transferências financeiras para os Fundos Escolares para a manutenção e reparação das instalações escolares.

Com os investimentos previstos e com as prioridades acima descritas serão atingidos vários dos objectivos definidos para o nosso sistema educativo, propostos no Programa do Governo e espelhados no PMP 2001-2004 dos quais se destacam:

- Continuar o processo de integração vertical da educação pré-escolar e do ensino básico previsto na Carta Escolar;
- Continuar o processo de separação do ensino secundário e do ensino básico;
- Resolver a situação de sobrelotação, com a criação de novas Escolas;
- Continuar o processo de descentralização dos modelos de gestão e responsabilização, acompanhada da transferência dos necessários meios financeiros, dos órgãos de gestão das Escolas;
- Prosseguir a formação de pessoal docente e não docente;

- Garantir a formação inicial (profissionalização em serviço e estágios pedagógicos) e formação complementar.

Com estes investimentos nas escolas continuamos a nossa política de requalificação e ampliação do parque escolar, de uma melhor manutenção das nossas escolas, de uma melhor aquisição de equipamentos escolares, de diminuição das distâncias percorridas pelos nossos alunos até à escola, de acabar com escolas sobrelotadas, de aumento dos apoios educativos aos nossos alunos e a prosseguir a formação inicial e contínua de professores. Nunca é demais lembrar que um quarto da nossa população está directamente ligada ao sistema educativo, o que exige que façamos o melhor por eles, enquanto alunos, pais, professores ou funcionários.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Das acções a desenvolver no próximo ano a primeira que consta no Plano passa pela manutenção e reparação das instalações do Ensino Básico e Secundário, com uma verba idêntica ao previsto no Plano 2001- 2004 ou seja sem qualquer alteração. A nossa política de descentralizar para os Fundos Escolares estas verbas tem debelado um dos problemas que muitas das nossas escolas sofriam a nível das instalações, que era o da manutenção corrente. Hoje, com o novo regime de autonomia das escolas, eliminou-se

este problema crónico que por falta de manutenção colocou o parque escolar na situação que todos conheciam.

Ao nível das construções escolares no próximo ano, três projectos da primordial importância para rede escolar terão desenvolvimentos há muito esperados: a requalificação da Escola EB2 Roberto Ivens, com concurso, adjudicação e início de obra e os concursos e respectivas adjudicações de modo a serem iniciadas as obras em 2004 da EB 2,3 + Ensino Artístico de Angra do Heroísmo e da Nova Escola Secundária da Horta.

As adaptações ao Ensino Secundário e as grandes reparações que se encontram a decorrer na EB 2,3/S Bento Rodrigues de Santa Maria, na EB 1, 2, 3/S, Maurício de Freitas das Flores, na EB 2,3,/S de Santa Cruz da Graciosa e na EB 2,3/S do Nordeste de S. Miguel custarão uma verba próxima dos sete milhões de euros. Com estas intervenções resolvemos um problema que resultou da expansão do ensino secundário no início década de 1990 que não foi acompanhado dos necessários investimentos na adequação daquelas escolas àquele nível de ensino, como sejam laboratórios e outros espaços específicos, e igualmente se resolvem as graves deficiências de concepção e construção que as tornavam pouco funcionais e bastante vulneráveis à degradação.

A construção da EB 2,3 dos Ginetes, em S. Miguel, que no próximo ano lectivo já receberá alunos, insere-se no grupo de escolas construídas ou a construir que visam acabar com a sobrelotação crónica das escolas dos

centros urbanos e com o excessivo afastamento da escola do local de residência dos alunos.

Outra obra que continuará no próximo ano e acabará por pôr fim àquele que foi considerado o caso mais gritante no domínio da segurança das nossas escolas será a Grande Reparação e Ampliação da EB 2,3, Francisco Ornelas da Câmara na Praia da Vitória.

Uma nova escola para o 1.º ciclo será construída no próximo ano em contrato ARAAL com a Câmara Municipal da Ribeira Grande na freguesia de Rabo de Peixe.

Ao nível dos equipamentos escolares está previsto um investimento de 735 000 euros, que serão distribuídos em função da dimensão das escolas e das suas necessidades para os respectivos Fundos Escolares. É também através destes que se fazem as aquisições dos equipamentos escolares que antes eram feitos pela Direcção Regional da Educação, que comprava desde tubos de ensaio a equipamentos de valor mais elevado, gastando energias em concursos demorados e muitas das vezes as aquisições não eram as mais ajustadas às necessidades das escolas.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

A política educativa não se reduz às construções escolares e aos seus equipamentos, apesar de ser também um dos pilares essenciais para o sucesso, porque só em escolas boas, devidamente equipadas e suficientemente atractivas os alunos encontrarão um ambiente propício às suas aprendizagens. Escolas degradadas dificultam a adaptação ao meio escolar, são fomentadoras da violência e de outros problemas de natureza disciplinar e pedagógica.

A última acção na área da Educação refere-se à componente regional para a Formação na qual se prevê investir 323 430 euros, ou seja 15% do valor total do custo com formação, que irá permitir manter os programas de formação contínua do pessoal docente e não docente das escolas e ainda dar continuidade à execução dos programas de profissionalização em exercício e de formação complementar e qualificante para os docentes detentores de bacharelato.

A estes investimentos há ainda a acrescentar os que existem em programas conexos com a Educação e que são muito importantes para o sucesso educativo, como sejam os de Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica, Juventude e Emprego e Desenvolvimento Desportivo.

Destes programas realço as acções do âmbito da Formação inicial integradas no projecto Emprego e Formação Profissional, responsáveis por mais 2 milhões e meio de contos de investimento em Educação através das Escolas Profissionais e dos Cursos Profij (Programa Formativo de Inserção

de Jovens) inseridos nas Escolas Públicas. Com o aumento de Escolas Profissionais e de Cursos Profissionalizantes temos contribuído de forma significativa para a empregabilidade dos nossos jovens e eliminando assim um dos problemas que afectava o nosso sistema educativo.

Horta, 12 de Novembro de 2002

O Deputado

José do Rego